

AXS ENERGIA UNIDADE 12 LTDA.

Relatório do auditor independente

Demonstrações financeiras individuais
e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2025

AXS ENERGIA UNIDADE 12 LTDA.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2025

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Balancos patrimoniais individuais e consolidadas

Demonstrações individuais e consolidadas do resultado

Demonstrações individuais e consolidadas do resultado abrangente

Demonstrações individuais e consolidadas das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações individuais e consolidadas dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos
Cotistas e Administradores da
AXS Energia Unidade 12 Ltda.
Florianópolis - SC

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da AXS Energia Unidade 12 Ltda. ("Empresa"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas financeiras materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da AXS Energia Unidade 12 Ltda. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas financeiras adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Empresa e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas financeiras adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Empresa e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas financeiras utilizadas e a razoabilidade das estimativas financeiras e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Florianópolis, 27 de março de 2026.



BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SC 000202/F-1

Márcio Silva
Contador CRC 1 RS 078817/O-2 - S - SC

Balanço patrimonial
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora 31/12/2025	Consolidado 31/12/2025
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	8	8
Total do ativo circulante		8	8
Não circulante			
Imobilizado	5	69	69
Total do ativo não circulante		69	69
Total do ativo		77	77

	Nota	Controladora 31/12/2025	Consolidado 31/12/2025
Passivo			
Não circulante			
Partes relacionadas	4	37	37
Total do passivo não circulante		37	37
Patrimônio líquido	6		
Capital social		40	40
Total do patrimônio líquido		40	40
Total do passivo e patrimônio líquido		77	77

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstração do resultado
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

Nota	Controladora 31/12/2025	Consolidado 31/12/2025
Receita operacional líquida	-	-
Custos dos serviços prestados	-	-
Lucro bruto	-	-
Despesas operacionais		
Despesas comerciais	-	-
Despesas gerais e administrativas	-	-
Outras receitas (despesas)	-	-
Lucro operacional	-	-
Resultado financeiro		
Receitas financeiras	-	-
Despesas financeiras	-	-
Resultado antes dos impostos	-	-
Resultado do exercício	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

AXS Energia Unidade 12 Ltda.



Demonstração do resultado abrangente
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Controladora 31/12/2025	Consolidado 31/12/2025
Resultado do exercício	-	-
Outros resultados abrangentes	-	-
Total dos resultados abrangentes	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Total
Saldo em 10 de março de 2025	-	-	-
Integralização de capital	10	-	10
Adiantamento p/ futuro aumento de capital	-	30	30
Saldo em 31 de dezembro de 2025	10	30	40

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstração do fluxo de caixa
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

Nota	Controladora 31/12/2025	Consolidado 31/12/2025
Resultado do exercício	-	-
Itens que não afetam o caixa	-	-
Variações nos ativos e passivos		
Aumento / (redução) de partes relacionadas	37	37
Caixa líquido das atividades operacionais	37	37
Fluxo de caixa das atividades investimentos		
Adição de imobilizado	(69)	(69)
Caixa líquido das atividades de investimentos	(69)	(69)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Aporte de capital	10	10
Adiantamento para futuro aumento de capital	30	30
Caixa líquido das atividades de financiamentos	40	40
Aumento (redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa	8	8
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	-	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	8	8

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A AXS Energia Unidade 12 Ltda. (“Sociedade”) é uma sociedade limitada, tendo iniciado suas atividades em 10 de março de 2025, encontrando-se sediada no município de Florianópolis, SC, na Rua Demétrio Ribeiro, 74 – sala 601, e tem como objetivo a locação e a gestão de usinas de minigeração solar fotovoltaica, podendo promover a locação de máquinas e equipamentos elétricos, painéis solares, entre outros.

A Sociedade atua desenvolvendo projetos de implantação e operação de Usinas de Micro e Minigeração de Energia Fotovoltaicas (UFVs). Uma vez construída e estabelecida a UFV, a Sociedade aluga os ativos de geração implantados nas UFVs para um Consórcio, compostos por pessoas físicas e jurídicas, consumidores de energia.

Em 31 de dezembro de 2025, a Sociedade possuía 8 Usinas totalizando 17,0 MWac, todas em fase pré-operacional:

UFV	Localização	MWac	Data prevista de operação
UFV Boa Vista III	Carmo do Paranaíba - MG	1,0	Dez/28
UFV Bom Despacho II	Bom Despacho - MG	2,5	Mai/27
UFV Cachoeira Alta	Cachoeira Alta - GO	2,0	Fev/27
UFV Martinho Campos	Martinho Campos – MG	2,5	Mai/27
UFV Mato Verde I	Mato Verde – MG	2,5	Jan/28
UFV Pompéu I	Pompéu - MG	2,5	Abr/26
UFV Pompéu II	Pompéu - MG	1,5	Mai/26
UFV São João da Aliança	Água Fria de Goiás - GO	2,5	Nov/26

1.1 Aprovação das demonstrações financeiras

A autorização para conclusão da preparação destas demonstrações financeiras ocorrerá na reunião de diretoria a ser realizada no dia 30 de março de 2026 e será aprovada em Assembleia do Conselho de Administração em data posterior.

2. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo.

2.1 Base de preparação

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.1 Base de preparação--Continuação

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente no exercício anterior apresentado, salvo disposição em contrário.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da administração da Sociedade no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras.

As informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração da Sociedade na sua gestão.

2.2 Base de consolidação

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que a Sociedade obtém seu controle. O controle é obtido quando a Sociedade estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar estes retornos por meio do poder exercido em relação à investida. Especificamente, a Sociedade controla uma entidade se, e apenas se, tiver:

- Poder em relação à investida.
- Exposição ou direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida.
- A capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar o valor de seus retornos.

A Sociedade avalia se exerce controle ou não de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem que há mudanças em um ou mais dos três elementos de controle elencados acima. Eventual alteração na participação societária da controlada, sem perda de exercício de controle, é contabilizada como transação patrimonial.

Para a consolidação, os seguintes critérios são adotados: (i) são eliminados os investimentos em empresas controladas, bem como os respectivos resultados das equivalências patrimoniais e (ii) os lucros provenientes de operações realizadas entre as empresas, assim como os correspondentes saldos de ativos e passivos, são eliminados. (iii) as informações contábeis das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que da Sociedade, utilizando políticas contábeis consistentes.

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.2 Base de consolidação--Continuação

As demonstrações financeiras consolidadas da Sociedade incluem as seguintes empresas:

Empresa	País	Participação direta	
		31/12/2025	31/12/2024
Consórcio AXS Energia Unidade 12	Brasil	100,00%	-

O consórcio, entidade controlada, têm como atividade preponderante a locação de usina fotovoltaica para compartilhamento dos direitos econômicos da energia gerada entre os consorciados.

2.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 (noventa) dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa, e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

2.4 Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

2.3.1. Ativos financeiros

Classificação inicial

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como (i) subsequentemente mensurados ao custo amortizado, (ii) ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e (iii) ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Sociedade para a gestão destes ativos financeiros. A Sociedade tem ativos classificados apenas nas categorias (i) e (iii).

Mensuração subsequente

A Sociedade classifica seus ativos para fins de mensuração subsequente como (i) ativos financeiros ao custo amortizado e (ii) ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.3 Instrumentos financeiros--Continuação

- Ativos financeiros ao custo amortizado: esses ativos são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. São inclusos neste grupo o contas a receber de clientes, outros direitos realizáveis e realizáveis a longo prazo.

Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram;
- A Sociedade transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Sociedade transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Sociedade nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Quando a Sociedade transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Sociedade continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Nesse caso, a Sociedade também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Sociedade.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

A Sociedade reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que se espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais.

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.3 Instrumentos financeiros--Continuação

Para contas a receber de clientes e ativos de contrato, a Sociedade aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, a Sociedade reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas em cada data-base. A Sociedade estabeleceu uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico.

2.3.2. Passivos financeiros

Classificação inicial

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado ou passivos financeiros ao custo amortizado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros da Sociedade incluem fornecedores, empréstimos e financiamentos, obrigações de arrendamento, contas a pagar a partes relacionadas, e outras obrigações a pagar.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias:

- **Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. A Sociedade não tem passivos classificados nesta categoria.

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.3 Instrumentos financeiros--Continuação

- Passivos financeiros ao custo amortizado: categoria mais relevante para a Sociedade. Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Desreconhecimento

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

2.3.3. Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

2.5 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificadores.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.4 Imobilizado--Continuação

Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Sociedade, originados de operações de arrendamento mercantil do tipo financeiro, são registrados como se fosse uma compra financiada, reconhecendo no início de cada operação um ativo imobilizado e um passivo de financiamento, sendo os ativos também submetidos às depreciações calculadas de acordo com as vidas úteis estimadas dos respectivos bens.

A depreciação dos demais ativos é calculada pelo método linear, conforme as taxas descritas na nota explicativa nº 5.

Os ganhos e as perdas de alienações são apurados comparando-se o valor da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos em " Outras receitas (despesas)", na demonstração do resultado.

2.6 Custos de Empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos pela Entidade relativos ao empréstimo.

2.7 Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC)). Os ativos não financeiros, que tenham sofrido impairment, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do impairment na data de apresentação do relatório.

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.8 Provisões

As provisões para perdas com ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: a Sociedade tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Sociedade. Em 31 de dezembro de 2025, a Sociedade não possui provisões para perdas (trabalhista, civil e tributária).

2.9 Impostos

Sobre vendas

As receitas da Sociedade estão sujeitas a determinados tributos e contribuições (apresentados como deduções das receitas para fins de apresentação das receitas líquidas), os quais são arrecadados em nome da autoridade fiscal e não resultam em aumento do patrimônio líquido da Sociedade, como resumido a seguir:

Tributo	Descrição	Alíquota (%)
PIS	Programa de Integração Social	1,65%
COFINS	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	7,60%
ISSQN	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (variável)	5,00%

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.10 Impostos--Continuação

Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. A despesa de imposto de renda e contribuição social - correntes é calculada com base nas Leis e nos normativos tributários promulgados na data de encerramento do exercício, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros, às alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício..

A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Sociedade nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto de renda e contribuição social diferido são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

O imposto de renda e contribuição social diferido ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.10 Classificação entre circulante e não circulante

A Sociedade apresenta seus ativos e passivos no balanço patrimonial como circulante e não circulante. Um ativo é classificado como corrente quando espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade, o qual é de 12 meses. Ou ainda, que seja mantido essencialmente com o propósito de ser negociado. Caixa e equivalente são considerados correntes, exceto se houver alguma vedação a seu uso em prazo inferior a 12 meses. Os demais ativos são classificados no não circulante.

Passivos são classificados no circulante quando sua liquidação deve ocorrer durante o ciclo operacional da Sociedade (12 meses), ou ainda, se a Sociedade não tem o direito incondicional de diferir a sua liquidação por pelo menos 12 meses a partir da data do balanço.

2.11 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Sociedade. Todas as demonstrações financeiras apresentadas em milhares de reais foram arredondadas para o valor mais próximo.

2.12 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025

A Sociedade aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2025 (exceto quando indicado de outra forma). A Sociedade decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.

As alterações não tiveram impacto material sobre as demonstrações financeiras da Sociedade.

Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial

As alterações não tiveram impacto material sobre as demonstrações financeiras da Sociedade.

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.13 Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Sociedade, estão descritas a seguir. A Sociedade pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Norma	Descrição	Aplicável para períodos de relatórios iniciados em ou após:
IFRS 19	Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	01/01/2027
Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7	Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros & Contratos Referenciando a Eletricidade Dependente de Condições Naturais	01/01/2026
Volume 11 - IFRS	Melhorias Anuais às Normas Contábeis IFRS	01/01/2026

A administração da Sociedade está avaliando as referidas alterações, mas não são esperados impactos significativos nas demonstrações financeiras.

IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras

Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras). O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas. A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas “funções” identificadas das demonstrações financeiras primárias (primary financial statements - PFS) e das notas explicativas. Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de “lucro ou prejuízo do período” para “lucro ou prejuízo operacional” e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em outros padrões.

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.17 Normas emitidas, mas ainda não vigentes--Continuação

O IFRS 18 e as alterações nas outras normas são entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente. A Sociedade está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras. Os impactos materiais iniciais esperados sobre as demonstrações financeiras do Sociedade são os seguintes:

- Serão incluídas novas divulgações, compreendendo: (a) medidas de desempenho definidas pela administração (*Management-defined performance measures* - MPMs); (b) despesas específicas por natureza, caso as despesas sejam apresentadas por função na categoria operacional da demonstração do resultado; e (c) uma conciliação, para cada linha da demonstração do resultado, entre os valores reapresentados de acordo com a IFRS 18 e os montantes anteriormente apresentados de acordo com a IAS 1 (CPC 26 (R1)).
- Os juros recebidos e os juros pagos passarão a ser classificados, respectivamente, nas atividades de investimento e atividades de financiamento na demonstração dos fluxos de caixa, conforme o CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

No Brasil, o CPC 26 será substituído pelo CPC 51 – Apresentação e Divulgação em Demonstrações Contábeis (equivalente à IFRS 18).

3. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora	Consolidado
	31/12/2025	31/12/2025
Aplicações financeiras – (i)	8	8
	8	8

- (i) As aplicações financeiras possuem liquidez imediata. São representadas por: (i) Certificados de Depósitos Bancários (“CDB”); (ii) títulos emitidos de operações compromissadas pelas instituições financeiras de primeira linha, que rendem em média 85% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário). As aplicações são classificadas como equivalente de caixa, conforme a descrição do CPC 03 (R2).

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

4. Transações com partes relacionadas

As operações são realizadas em condições específicas acordadas entre as partes. Os saldos patrimoniais são assim demonstrados:

	Natureza	Controladora 31/12/2025	Consolidado 31/12/2025
Passivo			
Não circulante			
AXS Energia S.A.	Reembolso de despesas	37	37
Total do passivo não circulante		37	37
Total do passivo		37	37

4.1 Remuneração do pessoal-chave da administração

A remuneração do pessoal-chave da Administração, que inclui os quatro diretores executivos e um conselho consultivo composto por cinco integrantes, é controlado diretamente na AXS Energia S.A, corresponde a benefícios de curto prazo e encargos previdenciários, sendo compreendida por: (i) pró-labore ou honorário pago à diretoria e aos membros do Conselho de Administração; (ii) outros benefícios, como plano de saúde; remuneração variável, de acordo com o cumprimento de objetivos coletivos e individuais definidos pela Sociedade. Ainda possui planos de remuneração em caso de rescisão e incentivos de longo prazo.

5. Imobilizado

	Usinas fotovoltaicas ¹	Outros	Imobilizado em curso	Total
Taxa de depreciação	3,33% a 10%	10%		
Em 10 de março de 2025				
Custo	-	-	-	-
Depreciação acumulada	-	-	-	-
Valor líquido contábil	-	-	-	-
Adições	-	-	69	69
Em 31 de dezembro de 2025	-	-	69	69
Custo	-	-	69	69
Depreciação acumulada	-	-	-	-
Valor líquido contábil	-	-	69	69

¹refere-se às UFVs, equipamentos de propriedade da Sociedade que são locados aos consórcios de geração de energia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

6. Patrimônio líquido

6.1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2025 o capital social subscrito, é de R\$ 10 (R\$ 10 em 31 de dezembro de 2024), dividido em 04 (quatro) quotas no valor nominal de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) cada. A totalidade das quotas representativas de 100% (cem por cento) do capital social da Sociedade, são de titularidade da AXS Energia S.A.

Adiantamento para futuro aumento de capital

Durante o exercício de 2025, foi realizado um adiantamento para futuro aumento de capital no montante de R\$ 30 pela controladora AXS Energia S.A.

7. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

A Sociedade e suas controladas não possuem quaisquer outras operações com instrumentos financeiros que não estejam refletidos nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025. A Sociedade e suas controladas operam com diversos instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalentes de caixa e saldos com partes relacionadas.

Os procedimentos de tesouraria definidos pela política vigente incluem rotinas mensais de projeção e avaliação da Sociedade, sobre as quais se baseiam as decisões tomadas pela Administração. A Política de Aplicações Financeiras estabelecida pela Administração da Sociedade elege as instituições financeiras com as quais os contratos podem ser celebrados, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores absolutos a serem aplicados em cada uma delas.

7.1 Fatores de riscos financeiros

As atividades da Sociedade a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Sociedade se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Sociedade.

A gestão de risco é realizada pela administração da Sociedade. A administração identifica, avalia e protege a mesma contra eventuais riscos financeiros, bem como estabelece princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, risco de taxa de juros, risco de crédito e investimento de excedentes de caixa.

Não houve nenhuma alteração substancial na exposição aos riscos de instrumentos financeiros da Sociedade, seus objetivos, políticas e processos para a gestão desses riscos ou os métodos utilizados para mensurá-los a partir de períodos anteriores, a menos que especificado o contrário nesta nota.

7. Instrumentos financeiros e gestão de risco--Continuação

Risco de mercado

Risco cambial

A Sociedade não apresenta ativos e passivos em moeda estrangeira, porém está exposta ao risco cambial indiretamente pelo efeito no custo de aquisição na construção das usinas.

Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de créditos a clientes/consorciados, incluindo contas a receber em aberto. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pela diretoria executiva. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes.

Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada nas unidades operacionais da Sociedade e agregada pelo departamento financeiro. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Sociedade para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito compromissadas disponíveis a qualquer momento, a fim de que a Sociedade não quebre os limites ou cláusulas do empréstimo (quando aplicável) em qualquer uma de suas linhas de crédito.

O excesso de caixa mantido pelas unidades operacionais, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é transferido. A administração investe o excesso de caixa em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.